**O temor da segurança pública no Brasil do século XIX:**

**o escravo**

**Alexandre Valdemar Da rosa\***

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

\* Graduado em História - UNESC

 Especialista em História – UNESC

 Especialista em Educação Inclusiva – UCB-RJ.

**Resumo**

Este artigo tem como objetivo principal abordar a história da segurança pública no Brasil, sobretudo no século XIX, salientando o papel do escravo neste contexto. É crível afirmar que em nosso país inúmeras manobras foram elaboradas pela elite escravocrata com o intuito de evitar a ocorrência de revolta escrava, fato esse que será apresentado neste trabalho.

Palavras-chave: Segurança Pública. Escravo. Polícia. Rebelião.

**Summary**

This article's main objective is to address the history of public security in Brazil, especially in the nineteenth century, stressing the role of slave in this context. Is it credible to assert that in our country several maneuvers were developed by the slaveholding elite with a view to avoiding the occurrence of slave rebellion, a fact that will be presented in this paper.

Keywords: Public Safety. Slave. Police. Rebellion.

**Introdução**

Historicamente a segurança pública no Brasil não poderia ser pensada sem antes lembrarmos o século XIX, período em que diversos acontecimentos abalaram a estrutura de uma nação até então considerada tranqüila. Do despertar da exploração do ouro brasileiro, passando pelas revoltas interprovinciais e culminando com a famigerada guerra do Paraguai, o império brasileiro mergulhou numa insegurança que com o passar dos tempos ocasionou seqüelas irreparáveis na formação de uma importante parcela da população, ou seja, os negros. Nesta época a figura do escravo tornou-se para o império uma espécie de algoz da tranquilidade pública, tendo em vista o grande número de ocorrências policiais envolvendo os mesmos.

 Temerosos com as insurreições ocorridas no Haiti e na Bahia, a elite escravocrata brasileira delimitou regras comportamentais que durante o regime segregacionista cerceou a liberdade dos negros e legalizou a tortura. Porém, mesmo existindo este regime, "*as reações coletivas são as que mais se destacaram na repulsa à escravidão no Brasil",[[1]](#footnote-1)* felizmente.

**O temor da segurança pública no Brasil do século XIX:**

**o escravo**

Quando pensamos discutir a história da segurança pública no Brasil durante o período escravista rapidamente nos vêm à memória os constantes conflitos envolvendo os escravos e a polícia. Isto porque em tempos de escravidão o termo escravo sempre esteve relacionado à revoltas, medo, morte, tortura e confusão. Por este motivo, antes mesmo da chegada da referida época, em províncias como as de Minas Gerais já se pensava em salvaguardar o sossego público. Nesse sentido, em 1775 foi criado no estado mineiro, mais precisamente na antiga Vila Velha (atual Ouro Preto) o Regimento Regular de Cavalaria. Esses milicianos, segundo a historiadora Fátima de Souza[[2]](#footnote-2), foram responsáveis "*pela manutenção da ordem pública, na época ameaçada pela descoberta de riquezas no estado, especialmente ouro"*. Laureano Gomez e Marcos Nogueira[[3]](#footnote-3), corroborando com a pesquisadora afirmam que muitos dos escravos além de trabalharem nessas minas "*roubavam diamantes e pedras preciosas para pagar sua liberdade assim que chegassem ao Rio de Janeiro".*

Ao adquirir certa quantidade de ouro, o cativo estava ciente que também ali estaria o passaporte para a tão sonhada alforria, por isso, várias táticas foram criadas pelos mesmos com o intuito de conseguir o objetivo. Os homens, por exemplo, encontravam nos cabelos rastafári a chance de esconder e ao mesmo tempo transportar o ouro em pó, enquanto as mulheres descobriram na genitália o esconderijo perfeito para o armazenamento de pequenos diamantes. Entretanto, como a descoberta do ouro brasileiro gerou em toda a Europa uma grande migração de mercenários europeus para esta região, pois todos sonhavam com o enriquecimento rápido, a coroa portuguesa decidiu então prevenir-se de supostos contrabandistas criando assim as intendências de polícia. Ou seja, verdadeiros postos alfandegários fixados nas minas. Sua atribuição limitava-se indubitavelmente a fiscalização de entrada e saída dos mineradores, impedindo com isso os prováveis furtos de pedras preciosas.

Para Julio José Chiavenato[[4]](#footnote-4) a extração do ouro brasileiro foi em:

apenas cem anos, maior que toda a produção do resto da América nos 357 anos de 1493 a 1850. E o ouro brasileiro, dos cem anos de 1700 a 1800, alcançou metade da produção de todo o ouro produzido no resto do mundo nos trezentos anos dos séculos XVI, XVII e XVIII.

Com a redução drástica na extração do ouro no início do século XIX, as atenções foram voltadas para a chegada e a instalação da família real portuguesa no Rio de Janeiro em 1808. Receoso com as guerras na Europa, conflitos esses liderados por Napoleão, o rei de Portugal, Dom João VI, transferiu toda corte lusitana para o Brasil. *“Era necessário, portanto, ‘civilizar’ a cidade, organizar os seus espaços e disciplinar os costumes de sua população segundo o paradigma da civilização europeia.”*[[5]](#footnote-5) Além disso, era preciso também delimitar normas comportamentais para uma categoria que há tempos já correspondia a uma parcela significativa da sociedade brasileira, isto é, os escravos. Dessa forma, é criada em 1809 a Guarda Real de Polícia, ou como declarou Sousa no seu artigo intitulado "A história da polícia militar começou no império", estava surgindo assim *"a primeira Polícia Militar do Brasil, a do estado da Guanabara” [[6]](#footnote-6).*

 A atuação desses militares no cenário social da corte nas primeiras décadas do século XIX é apresentada através dos trabalhos de Francis Albert Cotta. Por meio de imagens produzidas por Rugendas e Debret, Cotta[[7]](#footnote-7) conseguiu apresentar sucintamente uma polícia muito diferente daquela imaginada pela população brasileira dos tempos atuais, ou seja, limitada a função repressiva e de controle social. A Polícia Militar dos tempos escravistas, imaginada e transplantada nas produções iconográficas de Debret e Rugendas e apresentada pelo pesquisador carioca, era tida como uma instituição polivalente, haja visto ter dedicado-se:

 Ao processo de urbanização e saneamento da cidade: aterrou pântanos; calçou ruas; construiu pontes, aquedutos e fontes públicas; e estendeu a iluminação utilizando lampiões a óleo de baleia. Atuava, ainda, na expedição de passaportes, no controle das casas de correção de escravos, de festas e espetáculos públicos entre outras funções, assumindo uma multiplicidade de atribuições[[8]](#footnote-8).

Quanto ás casas de correção de escravos muito presente nas principais cidades do império, estas funcionavam como um mero depósito de seres humanos, visto que, assim como nos dias atuais onde o sistema carcerário raramente tem conseguido reintegrar um ex-detento à sociedade, nas prisões do século XIX esta realidade não era diferente. Estes aprisionados, segundo a lei vigente no período, poderiam ser empregados nos trabalhos de infraestrutura das cidades, independente do crime que os mesmos tivessem cometido. Por outro lado, cabia a então "Força Pública" (atual Polícia Militar) a tarefa de fiscalizar esses trabalhos e o bom andamento das referidas obras.

 Vale destacar, que apesar de estarem presos, os escravos ou qualquer outro prisioneiro eram obrigados a custear sua estada na cadeia, porque no século XIX o império não disponibilizava verba para o sistema carcerário. Sobre essa realidade, Cynthia Campelo Rodrigues comenta:

que a pior situação era a dos escravos, que por força de lei, deveriam ser sustentados por seus respectivos senhores. Muitos eram esquecidos na prisão e não recebiam nenhum tipo de assistência. Os detentos que tinham permissão para pedir esmolas se instalavam na rua como mendigos[[9]](#footnote-9).

 Os referidos mendigos, citados pela historiadora, cotidianamente poderiam ser vistos "*presos por compridas correntes às grades da prisão, podiam chegar até o meio da rua. Para descanso deste peditório, feito ao rigor do sol, davam-lhe um tamborete onde o infeliz, de quando em vez, se sentava, cansado de tão grande faina”* [[10]](#footnote-10)*.* Tal mendicância ocorria porque muitos apenados caiam no esquecimento dos seus "amorosos senhores", por isso, o esmolar tornou-se a maneira mais utilizada para que estes trabalhadores conseguissem sobreviver nas antigas masmorras da escravidão brasileira.

Além de custear sua propriedade na cadeia, ou seja, o cativo, os escravagistas eram obrigados também pagar a tomadia, uma espécie de imposto pago ao indivíduo responsável pela captura de um escravo. De acordo com Chiavenatto[[11]](#footnote-11) durante o período em que o Brasil foi império, a caça aos negros fujões constituiu uma importante fonte de renda para todos os homens livres, pois, enquanto a tomadia em São Paulo variava de 20 a 50.000 réis por escravo, em Minas Gerais "*podia chegar a 25 oitavas de ouro, uma bela soma” [[12]](#footnote-12)*. “*Mais do que o ato de sangue ou as revoltas, a fuga do negro”*, no entender de Mário Maestri teria sido "*o espectro que mais atormentou o sono dos escravistas*" no século XIX[[13]](#footnote-13).

Como nesse período em nosso território *"não havia relação direta entre o crime e o castigo impetrado ao réu, pois ainda não existia o conceito de proporcionalidade das penas[[14]](#footnote-14)"*, era comum encontrar na mesma cela meliantes detidos por embriaguez, vadiagem, furto, além de escravos com o histórico de fugas. Todavia, se porventura um indivíduo fosse preso, julgado e condenado por ter cometido um crime que viesse causar grande repercussão na cidade, prejudicando com isso a segurança dos munícipes, este, poderia se necessário, ser transferido para a principal cadeia do império, a casa de relação. Foi o que aconteceu com o escravo Mariano, residente em Laguna, Santa Catarina. Condenado "*a pena de morte, obteve, por mercê imperial de 29 de setembro de 1859, ‘comutação’ em prisão perpétua com trabalho que cumprira na casa de correção da corte” [[15]](#footnote-15).*

Assim como a prisão carioca, as prisões brasileiras obedeciam a um padrão arquitetônico baseado nos moldes da arquitetura prisional europeia, ou seja, tais edificações eram construídas sob dois pavimentos, onde o primeiro considerava-se cárcere, enquanto o segundo funcionava *um tipo de câmera dos vereadores[[16]](#footnote-16)*. Foi nesse pavimento que em Laguna, no século XIX, havia sido colocado um sino na então Casa da Câmara e Cadeia do município. Lá, o referido instrumento anunciava:

A hora das audiências e chamadas de jurados. No verão, às 22h e no inverno às 21h, o sino indicava a hora do fechamento das casas comerciais e dos escravos se recolherem as casa dos respectivos senhores. Dessa hora em diante os escravos encontrados na rua eram recolhidos à prisão[[17]](#footnote-17).

Em suma, o sino lagunense era o grande responsável pelas alvoradas e também pelo encerramento das atividades correspondentes ao município, sobretudo às ligadas ao comércio. Dessa forma, qualquer alteração que por ventura viesse a interferir no cotidiano dos munícipes, utilizava-se este instrumento com o propósito de reunir a população para comunicar a novidade. Aos escravos da terra de Anita, restava o cumprimento da lei ou à prisão por descumprí-la.

 Com o elevado crescimento da população negra em regiões como São Paulo, Minas Gerais e na capital do Império, profundas alterações foram observadas no cotidiano dessas regiões, principalmente na Corte. Para Mary Karasch[[18]](#footnote-18), os escravos no Rio de Janeiro *"chegaram a constituir mais de 50% da população durante a década de 1830”.* Em outras palavras: na medida em que os anos se passavam o contingente negro aumentava substancialmente ocasionando entre os escravistas o medo de possíveis revoltas. É o que ficou evidente no ofício enviado em 17 de março de 1835 pelo então Ministro da Justiça ao chefe de polícia da corte, Eusébio de Queirós Coutinho Mattoso da Câmara.

No documento é solicitado que "*tomasse todas as medidas, que nas atuais circunstâncias se fazem indispensáveis, para a tranquilidade dos habitantes da capital, os quais temem a reprodução das cenas da Bahia, pela insurreição de escravos” [[19]](#footnote-19)*. Sidney Challub[[20]](#footnote-20) ao referir-se sobre este assunto, comenta que o movimento baiano ocorrido cerca de dois meses antes, em Salvador, teria provocado nas cidades do império brasileiro um medo muito grande, sobretudo, nas regiões onde existisse um elevado número de escravos.

A carta do membro do judiciário recomendava ainda que os juízes de paz da corte deveriam ficar atentos às possíveis reuniões dos pretos minas. Enfim, para ele, nesses encontros, estariam sendo articuladas ideias de resistência ao regime segregacionista, por isso, era necessário restringir as aglomerações de negros africanos, evitando assim um possível motim.

 Neste ínterim, a solução encontrada para a mudança desse paradigma foi introduzir em todo o território brasileiro uma estratégia que pusesse fim a insegurança dos brasileiros. Para que isto ocorresse, o império promoveu nas primeiras décadas do século XIX o surgimento de um pacote de medidas visando alcançar tal objetivo. Entre as providências tomadas, a primeira foi instituir no Brasil o famigerado "Código de Posturas", norma esta, voltada para cercear o direito de ir e vir dos escravos e ao mesmo tempo legalizar os castigos corporais sobre os mesmos.

Quanto às províncias, todas teriam sido orientadas a contribuir com o processo, instituindo em seus territórios suas próprias forças policiais, para “*o fim de auxiliar a justiça, manter a ordem e a segurança pública”[[21]](#footnote-21)*. Logo, foram criadas em todas as províncias ao longo do século XIX as "Forças Públicas", que mais tarde viriam a ser chamadas de Polícia Militar.

Na então província de Santa Catarina, a força pública (Polícia Militar), foi criada no governo de Feliciano Nunes Pires, em 5 de maio de 1835, porém, a instituição teve seu primeiro regulamento somente no governo de José Mariano de Albuquerque Cavalcanti. Conforme essa norma, competia aos integrantes da força pública catarinense, individualmente ou em grupos *“prender os criminosos em flagrante; dispersar os ajuntamentos de escravos e de quaisquer pessoas que com eles estivessem de mistura, empregando a força, se necessário, e prendendo os resistentes [...][[22]](#footnote-22)”.*

Composta por um efetivo de 52 homens no ano de sua fundação, esses milicianos muito pouco podiam fazer para manter a ordem numa província que tinha na distância entre os municípios o seu maior problema. Por outro lado, a dificuldade de encontrar interessados para ingressar nas fileiras da corporação era outro entrave, tendo em vista o baixíssimo salário oferecido pelo governo. Enquanto o maior posto da instituição ganhava um provento de 27.200 réis, o que para a realidade do século XIX era uma miséria, o soldado por sua vez, isto é, o menor na hierarquia, recebia o equivalente a 12.200 réis. Aos interessados em participarem da cavalaria "*na força policial deveriam ter seus próprios cavalos e mantê-los. Nas palavras da lei, seriam montados a sua custa”[[23]](#footnote-23).*

 Embora fossem criadas em todo o Brasil as referidas forças policiais e ao mesmo tempo o império ter institucionalizado as agressões físicas em relação os escravos, isto não impediu que muitos destes escravizados se rebelassem contra o antigo sistema. Para alguns cativos, a solução encontrada para demonstrar sua indignação com a triste realidade foi apoiar incondicionalmente as diferentes manifestações ocorridas em várias províncias brasileiras. Entre as principais revoltas que mais prejudicaram a tranquilidade pública nos tempos da escravidão, estão a Cabanagem no Pará (1835-1836), a dos Malês (1835) e Sabinada (1837-1838) na Bahia, a Guerra dos Farrapos no Rio Grande do Sul (1835-1845) e a Balaiada no Maranhão (1838-1839)[[24]](#footnote-24).

 Vários foram os fatores preponderantes para o surgimento de ideias provocadoras e que culminaram com a eclosão dos movimentos. Fato é que, notadamente o ambiente político durante a década de 1830 estava propício para a realização dos levantes, tendo em vista o cenário de interesses que teria se transformado o país naquele momento. Para grande parte dos historiadores brasileiros o estopim da confusão teria sido o fato da abdicação do Imperador D. Pedro I, em abril de 1830, pois, como os parlamentares se encontravam em recesso e existia a necessidade de rapidamente escolher alguém para logo ocupar o cargo, a solução encontrada foi eleger uma "Regência Trina provisória". Ou seja, este comando ficaria no poder até que os membros do parlamento retornassem do gozo de suas férias.

Provisoriamente, comandaram o "país" por apenas dois meses, os senadores Carneiro de Campos e Campos Vergueiro, além do Brigadeiro Francisco de Lima e Silva.

Com o retorno dos parlamentares e com a realização de uma nova eleição, assumiram o poder nos quatro anos subsequentes a chapa formada pelos deputados Costa Carvalho, Bráulio Muniz e novamente o Brigadeiro Lima e Silva. Esses quatro anos "*os quais a Regência Trina Permanente ficou no poder estão entre os mais conturbados da história do Brasil”[[25]](#footnote-25)*. Pode-se dizer, que o período da administração "Trina" foi marcado por fervorosos desentendimentos entre as províncias, revoltas essas, que ameaçaram a segurança imperial, além de marcar a alteração da constituição com o Ato Adicional de 1834. Foi por meio do então decreto que a:

regência passou de"trina" a "una" e o país, convulsionado, mergulhou na chamada ‘Crise da regência’. Para completar a vertigem política de então, a Regência terminou com um golpe. E o golpe da maioridade foi surpreendentemente, articulado pelos liberais e não pelos conservadores[[26]](#footnote-26).

 Terminada a fase de instabilidade provocada pelas revoltas internas, o Brasil agora sob o comando de um novo imperador, isto é, Dom Pedro II, passaria então por "*um período de paz interna e prosperidade econômica e cultural*"[[27]](#footnote-27), ascensão esta, proporcionada pelos lucros da lavoura cafeeira. Iniciava-se assim uma nova fase na economia do país.

 O crescimento da cafeicultura brasileira foi beneficiado pelo aumento exacerbado do consumo de café no continente europeu, iniciado no século XVII e estendido por todo o período relacionado à escravidão. Portanto, o café tornou-se no século XIX "*o nosso mais importante produto de exportação [...:]: outra vez muda-se o produto, mas não a forma de produção. O escravo negro continua fazendo tudo*”[[28]](#footnote-28).

 Inicialmente plantado no em torno da cidade do Rio de Janeiro, em pouco tempo o café já estava sendo cultivado em outras regiões do Brasil, principalmente no interior de São Paulo (Vale do Paraíba), Minas Gerais e Espírito Santo. Mas, se por um lado o "o ouro negro" brasileiro proporcionava progresso e desenvolvimento para o nosso território, por outro, ele limitava a plantação de gêneros alimentícios, provocando com isso o aumento abusivo dos preços desses produtos. Para preparar a terra e mais tarde colher o produto, a monarquia brasileira dotada de uma espantosa expansão econômica, novamente fez valer a estratégia que há muito tempo vinha dando bons resultados, o uso indiscriminado da mão de obra escrava.

 Mesmo sendo empregada uma quantidade menor de trabalhadores escravizados, se comparado à época da economia açucareira e da extração do ouro, a lavoura cafeeira no auge de sua magnitude fez surgir entre os negros uma nova tática de resistência, a fuga em massa. Foi

a fuga em massa dos cativos das fazendas paulistas que assentou o último golpe na instituição escravocrata. Eram poucos os fazendeiros que não tinham escravos fugidos. As dezenas de milhares de anúncios comunicando a fuga de cativos é, para o século XIX, uma inquestionável comprovação da contínua presença do fenômeno[[29]](#footnote-29).

Fugir em grupos não teria sido um privilégio somente de escravos paulistas, as ocorrências nesse sentido viraram uma prática costumeira em todo o Brasil-Império na segunda metade do século XIX, basicamente nas províncias do sudeste, norte e no Rio Grande do Sul. Inspirados num provérbio muito difundido no interior das senzalas brasileiras, "*Deus é grande, o mato é maior*"[[30]](#footnote-30), a fuga da escravidão tornou-se em pouco tempo o alicerce dos quilombos. “*Os negros fugiam, reuniam-se e criavam uma comunidade no mato: surgiam roçados, casebres, organização política e social baseada na propriedade coletiva e uma força guerreira*"[[31]](#footnote-31). Por outro lado, há registro de cativos que para obter a alforria procuravam fugir para os países vizinhos, como foi o caso dos escravos gaúchos e paraenses. Os primeiros perceberam na Argentina e no Uruguai o porto seguro para a realização do objetivo, enquanto os outros viam nas guianas uma nova nação a ser adotada. Nestes países, há muito tempo o termo escravidão já não fazia mais parte do cotidiano de seus moradores, tornando assim, um território propício para a migração dos membros oriundos do Brasil.

Como se pode imaginar, a Polícia Militar, enquanto instituição responsável pela ordem pública teve bastante trabalho para exercer sua função em nossa nação em tempos de opressão. Conclui-se que nesse período, o negro na concepção da segurança pública possuía o padrão fenótipo do malfeitor, ou seja, o seu biótipo sobrepunha qualquer outro aspecto identificador de um criminoso.

Outra narrativa a ser mencionada sobre a segunda metade do século XIX ou mais precisamente a década de 1860 é que ela marcou o maior genocídio ocorrido na história do Brasil. Estamos falando da deplorável guerra do Paraguai, em que se estima ter morrido centenas de milhares de negros. Historicamente este conflito foi a manobra política mais cruel que já se ouviu falar, porque em tão pouco tempo exterminou um elevado número de escravos. Os escravocratas, por exemplo, conseguiram burlar a determinação do Império ao não enviar para os conflitos os seus filhos homens. Assim, cada proprietário substituiu a provável participação de suas crias legítimas, enviando em seus lugares o maior número de escravos. Além disso, o Império usufruiu de algumas manobras para recrutar indivíduos para a morte nos campos paraguaios. Uma delas é apresentada por jornais da época, como "O Cabrião", ao descrever:

as ardilosas festas que o Império mandava dar, nas praças públicas. Armava-se um coreto, distribuíam-se guloseimas e bebidas sobre um pretexto qualquer e, quando a banda tocava animando o povo, a polícia cercava o local, aprisionando os incautos e remetendo-os aos "batalhões de voluntários" para a guerra[[32]](#footnote-32).

Acontecimentos como esses, para Chiavenato, eram rotineiros em todo o território nacional, sobretudo nas grandes cidades, sendo omitidos tais episódios da nossa historiografia oficial.

Seria mais ou menos como a história do sujeito que para capturar um rato colocava um pedaço de queijo em uma ratoeira, o roedor atraído pelo odor do alimento acabava sendo capturado.

Lohn[[33]](#footnote-33) ao escrever um capítulo relacionado ao conflito no livro "História de Santa Catarina no século XIX", de Proncher e Arend, descreve a situação em que se encontravam os soldados brasileiros no país vizinho. Para ele, as tropas eram formadas basicamente "*pelas parcelas mais exploradas e discriminadas da população, notadamente negros e mulatos*", onde estes eram enviados para a região conflituosa em condições sub-humanas.

Taunay[[34]](#footnote-34) por outro lado, cita a fome, a cavalaria ineficiente e a pouca munição como os motivos para a carnificina de negros e mestiços.

O Decreto nº 3275-A, de 6 de novembro de 1866, motivou negros e mestiços a irem para a guerra, porque nela estaria a chance de realização de um sonho, o de retornar alforriado, e ao mesmo tempo tornou-se um meio legal para o império lavar as mãos no tocante à matança que seria essa luta. A referida norma imperial, determinava *"[...] que aos escravos da nação que estivessem em condições de servir ao exército, se dê gratuitamente liberdade para se empregarem naquele serviço [...]"[[35]](#footnote-35).*

Ao fim da guerra, 40% do efetivo negro havia sido dizimado, tornando eficaz a estratégia empregada pelos políticos do período, de reduzir drasticamente o número de escravos no Brasil, evitando assim, a incidência de possíveis revoltas, como as que teriam ocorrido num passado não muito distante, tanto no Haiti como na Bahia. Contudo, se antes da guerra o negro era visto e ao mesmo tempo tido como o grande responsável pelo atraso do progresso do país, depois dela seria preciso urgentemente removê-lo para que o mesmo então se desenvolvesse. E, para que este progresso desse bons frutos no menor tempo possível, a monarquia brasileira incentivou a partir de 1875 a vinda imediata do capital e da mão de obra estrangeira, fazendo do negro uma espécie de suplente destes trabalhadores.

Com a chegada dos considerados civilizados, isto é, os europeus, os negros mesmo após a abolição, ficariam fadados a viverem em locais cuja realidade não condizia com sua importância na história de nossa nação, infelizmente.

**Considerações finais**

A ideia de salvaguardar a tranquilidade pública, como ficou comprovada no presente artigo, ganhou força com a chegada da família real portuguesa no Brasil. No entanto, o bem-sucedido processo de independência ocorrido no Haiti, no início do século XIX, provocou em todos os países que ainda teimavam em usufruir de mão de obra escrava um temor muito grande em torno do negro. Este sentimento fez com que a nobreza parasita brasileira do período adotasse algumas medidas com o intuito de não acontecer aqui o que havia acontecido lá, ou seja, uma revolta. Iniciava-se no Brasil o conceito de segurança pública.

Pautado no modelo europeu de segurança pública, sobretudo o português, em pouco tempo a coroa portuguesa instituiu em nosso território ações de combate à criminalidade, atitudes essas, que há muito tempo vinham dando bons resultados na Europa. Nascia assim, em todas as províncias brasileiras, o braço armado do império, a força pública (atual Polícia Militar).

# REFERêNCIAS

B. JÚNIOR, Edmundo J.de. **Polícia Militar**: um pouco de história e algumas histórias. Florianópolis: Ed.IOESC, 1985.

BUENO, Eduardo. **Brasil**: uma história. A incrível saga de um país. São Paulo: Ática, 2003.

CHALLOUB, Sidney. **Visões da Liberdade**: uma história das últimas décadas da escravidão na corte. São Paulo: Cia das Letras, 1990.

CHIAVENATO, Júlio José. **O Negro no Brasil: da senzala a Guerra do Paraguai**. São Paulo: Brasiliense, 1993.

COTTA, Francis Albert. Polícia para quem precisa. In: CIGANOS no Brasil: quem são? De onde vieram? **Revista de História da Biblioteca Nacional.** Rio de Janeiro, Ed. UFA, v.14, p.65, 2006.

GOMES, Laureano; NOGUEIRA, Marcos. Que país era aquele? In: O Brasil Surreal que Dom João encontrou. **Revista Super Interessante**. São Paulo: Abril, v.251, p.65, 2008.

KARACH, Mary *apud* CHALLOUB, Sidney. **Visões da Liberdade**: uma história das últimas décadas da escravidão na corte. São Paulo: Cia das Letras, 1990.

LOHN, Reinaldo Lindolfo. Uma história fardada: a guerra contra o Paraguai vista de Santa Catarina. In: PRONCHER, Ana; AREND, Silvia (org.). **História de Santa Catarina**. Florianópolis: Ed.UFSC, 2001.

MAESTRI FILHO, Mário. **A servidão negra.** RS: Ed.Mercado Aberto, 1988.

MUNANGA, Kabengele; GOMES, Nilma Lino.  **O negro no Brasil de hoje.** São Paulo: Global, 2006.

PIAZZA, F.Walter. **O escravo numa economia minifundiária**. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 1975.

PRONCHER, Ana; AREND, Silvia (org.). **História de Santa Catarina**. Florianópolis: Ed.da UFSC, 2001.

RODRIGUES, Cynthia Campelo. A Bastilha Brasileira. In: África do Sul. Há 20 anos morria o Apartheid e nascia a verdadeira nação: negra, democrática e rica. **História Viva.** São Paulo, Duetto, v.76, p.70, 2010.

SOUZA, Fátima de. **A história da Polícia Militar começou no Império.** Disponível em http//pessoas.hsw.uol.com.br/policiamilitar I.htm.

TAUNAY, Alfredo D’Escragnole[1871]. A retirada da Laguna: episódio da Guerra do Paraguai.

ULYSSÉA, Saúl. **A Laguna de 1880**. Florianópolis: Imprensa Oficial, 1943.

1. MUNANGA, Kabengele; GOMES, Nilma Lino.  **O negro no Brasil de hoje.** São Paulo: Global, 2006, p. 98. [↑](#footnote-ref-1)
2. SOUZA, Fátima de. **A história da Polícia Militar começou no Império.** Disponível em http//pessoas.hsw.uol.com.br/policiamilitar.htm. [↑](#footnote-ref-2)
3. GOMES, Laureano; NOGUEIRA, Marcos. Que país era aquele? In: O Brasil Surreal que Dom João encontrou. **Revista Super Interessante**. São Paulo: Abril, v.251, p.65, 2008, [↑](#footnote-ref-3)
4. CHIAVENATO, Júlio José. **O Negro no Brasil: da senzala a Guerra do Paraguai**. São Paulo: Brasiliense, 1993, p.34. [↑](#footnote-ref-4)
5. COTTA, Francis Albert. Polícia para quem precisa. In: CIGANOS no Brasil: quem são? De onde vieram? **Revista de História da Biblioteca Nacional.** Rio de Janeiro, Ed. UFA, v.14, p.65, 2006. [↑](#footnote-ref-5)
6. SOUZA, Fátima. **A história da Polícia Militar começou no Império.** Disponível em: http//pessoas. hsw.uol.com.br/policiamilitar.him. [↑](#footnote-ref-6)
7. COTTA, Francis Albert, op.cit., p. 64. [↑](#footnote-ref-7)
8. COTTA, Francis Albert. op.cit., p. 65 [↑](#footnote-ref-8)
9. RODRIGUES, Cynthia Campelo. A Bastilha Brasileira. In: África do Sul. Há 20 anos morria o Apartheid e nascia a verdadeira nação: negra, democrática e rica. **História Viva.** São Paulo, Duetto, v.76, p.70, 2010. [↑](#footnote-ref-9)
10. Idem op.cit., p.70. [↑](#footnote-ref-10)
11. CHIAVENATO, Júlio José. op.cit., p.116-117. [↑](#footnote-ref-11)
12. Idem op.cit., p.116-117. [↑](#footnote-ref-12)
13. MAESTRI FILHO, Mário. **A servidão negra.** RS: Ed.Mercado Aberto, 1988, p.115. [↑](#footnote-ref-13)
14. RODRIGUES, Cynthia Rabelo. op.cit., p.66. [↑](#footnote-ref-14)
15. PIAZZA, F.Walter. **O escravo numa economia minifundiária**. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 1975, p.104-105. [↑](#footnote-ref-15)
16. GOMES, Laureano; NOGUEIRA, Marcos. op.cit., p.66 [↑](#footnote-ref-16)
17. ULYSSÉA, Saúl. **A Laguna de 1880**. Florianópolis: Imprensa Oficial, 1943, p.70. [↑](#footnote-ref-17)
18. KARACH, Mary apud CHALLOUB, Sidney. **Visões da Liberdade**: uma história das últimas décadas da escravidão na corte. São Paulo: Cia das Letras, 1990, p.187. [↑](#footnote-ref-18)
19. CHALLOUB, Sidney. **Visões da Liberdade**: uma história das últimas décadas da escravidão na corte. São Paulo: Cia das Letras, 1990, p.187. [↑](#footnote-ref-19)
20. Idem op.cit., p.187 [↑](#footnote-ref-20)
21. B. JÚNIOR, Edmundo J.de. **Polícia Militar**: um pouco de história e algumas histórias. Florianópolis: Ed.IOESC, 1985, p.116. [↑](#footnote-ref-21)
22. Idem op.cit., p.06. [↑](#footnote-ref-22)
23. B. JÚNIOR, Edmundo J.de, op.cit., p.04. [↑](#footnote-ref-23)
24. BUENO, Eduardo. **Brasil**: uma história. A incrível saga de um país. São Paulo: Ática, 2003, p.184-189. [↑](#footnote-ref-24)
25. BUENO, Eduardo op.cit., p.182. [↑](#footnote-ref-25)
26. Idem, op.cit., 180. [↑](#footnote-ref-26)
27. Idem op.cit., p.196. [↑](#footnote-ref-27)
28. CHIAVENATO, Júlio José. op.cit., p.37. [↑](#footnote-ref-28)
29. MAESTRI FILHO, Mário. Op.cit., p.120. [↑](#footnote-ref-29)
30. CHIAVENATO, Júlio José. op.cit., p.158. [↑](#footnote-ref-30)
31. Idem op.cit., p.158. [↑](#footnote-ref-31)
32. CHIAVENATO, Júlio José. op.cit., p.98. [↑](#footnote-ref-32)
33. LOHN, Reinaldo Lindolfo. Uma história fardada: a guerra contra o Paraguai vista de Santa Catarina. In: PRONCER, Ana; AREND, Silvia (org.). **História de Santa Catarina**. Florianópolis: Ed.da UFSC, 201, p.183 [↑](#footnote-ref-33)
34. TAUNAY, Alfredo D’Escragnole [1871]. A retirada da Laguna: episódio da Guerra do Paraguai. In: PRONCHER, Ana; AREND, Silvia (org.). **História de Santa Catarina**. Florianópolis: Ed.da UFSC, 2001, p.183. [↑](#footnote-ref-34)
35. CHIAVENATO, Júlio José. op.cit., p.98. [↑](#footnote-ref-35)